

Ana Teresa Brito, ISPA - Instituto Universitário, Fundação Brazelton Gomes-Pedro para as Ciências do Bebê e da Família

Artigo publicado nos Cadernos de Educação de Infância | Direitos da Criança 30 anos

Publicação quadrimestral nº 120, Maio/Agosto 2020

Edição da APEI Associação de Profissionais de Educação de infância | ISSN 2182-8369

Infância: da pobreza e exclusão social ao bem-estar e inclusão

(Re)pensar o nosso papel na transformação

Pode alguém ser livre
se outro alguém não é
a algema dum outro
serve-me no pé
nas duas mãos,
sonhos vãos, pesadelos
diz-me:
Pode alguém ser quem não é?

Sérgio Godinho, álbum Pré-Histórias, 1972

Eixo diacrónico – como num filme

Falar da pobreza e da exclusão na infância é sentir a nossa fragilidade e vulnerabilidade humana no âmago de quem somos. A estrofe de abertura, de uma canção antiga, permanece, na sua atualidade, como um alerta, uma alavanca de inquietação.

Falar da pobreza e exclusão social na infância, no nosso país e no mundo, é sentir a ferida que abrem na nossa dignidade, no respeito mais profundo pela vida, nas suas mil possibilidades.

A progressiva consciência da força da educação para as enfrentar, foi iluminada por Jaques Delors, no Relatório para a UNESCO sobre a Educação no século XXI, desafiando-nos a erguer um novo pilar educacional para o milénio que, então, se abeirava – aprender(mos) a viver juntos. Nesta proposta, defendia-se uma “análise partilhada dos riscos e dos desafios de futuro”, conduzindo “à realização de projectos comuns (...) a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos” (Delors, 1996, p.19).

Uma década mais tarde, em 2007, uma série de documentários, da autoria de António Barreto, denominados “Portugal - um retrato social”, procurava, justamente, dar a conhecer a forma como tínhamos vivido e vivíamos, então, juntos. Traçava um retrato de Portugal sustentado no nosso eixo diacrónico, ao longo do tempo, para a compreensão do tempo presente - um retrato da sociedade e dos portugueses, como resultado de um processo de transformações muito rápidas. O documentário evidenciava, de forma clara e sustentada, temas fundamentais caracterizadores da nossa identidade - da nossa gente que se tornou diferente, quem somos, quantos somos e onde vivemos; como ganhamos o pão, o que fazemos; o fim da sociedade rural, a

mudança de vida; o lugar dos outros e o nosso lugar, numa sociedade mais plural; igualdade e conflito, atravessando as relações sociais, e a progressiva aproximação a uma sociedade europeia.

As imagens poderosas, desta série de documentários, ajudam-nos a compreender o caminho de conquistas realizado, emocionando-nos pela força e resiliência que, ao longo do nosso tempo de vida, enquanto portugueses, enquanto país, revelámos. Simultaneamente, apontam para algumas características identitárias que se mantêm no tempo presente: imagens quase paradas, em “tempos líquidos, em que nada é duradouro, seguro, previsível” (CNE, 2017) - como se o mundo, veloz, corresse em filme, e a pobreza e a exclusão - ainda que, necessariamente, com expressões diferentes aos longo do tempo - teimasse em mover-se em camara lenta.

É neste desafiante caminho, a diferentes velocidades, que tomamos como um marco fundamental a assinatura da Convenção dos Direitos da Criança (1989), realizada no nosso país em 21 de Setembro de 1990 – há, exatamente, 30 anos. A Convenção sobre os Direitos da Criança, que as Nações Unidas adotaram por unanimidade, assenta num conjunto de direitos fundamentais de todas as crianças – civis e políticos, económicos, sociais e culturais. Sendo o tratado de direitos humanos internacionais mais amplamente ratificado de sempre, não é apenas uma declaração de princípios gerais – “quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados.” (UNICEF, 2004).

Apesar das inegáveis conquistas realizadas no nosso país nos últimos 30 anos – de que são claro exemplo a melhoria nas condições de vida, no acesso à saúde e à educação – é importante permanecer alerta, mobilizando intencionalmente, colaborativamente, a nossa energia, sentido de compromisso e responsabilidade na defesa inteira dos Direitos da Criança.

Eixo sincrónico – como numa fotografia

Importa então, neste contexto, observar o nosso eixo sincrónico, a fotografia do momento presente, olhando com atenção o retrato atual da pobreza e exclusão social em Portugal. Como se expressa esse vínculo, assumido no quotidiano de vida, no bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem das nossas crianças?

Sob uma perspetiva macrossistémica, em 2018, um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) concluía que Portugal é dos países desenvolvidos onde é mais difícil sair da pobreza. O relatório sobre este estudo – com o sugestivo título “Um elevador social estragado - como promover a mobilidade social?” – sublinhava que uma família portuguesa de rendimentos baixos pode demorar cinco gerações a chegar a um rendimento médio, permanecendo num “piso pegajoso” que a impede de progredir.

Por sua vez, o Instituto Nacional de Estatística, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2019 sobre rendimentos do ano anterior, indicava que 17,2% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2018, menos 0,1 ponto percentual que em 2017. Esta conquista era contrabalançada pela afirmação de que a presença das crianças num agregado familiar “continuava a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,9%) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (30,2%).”

Para a realização deste retrato atual, Manuel Sarmento (2017), alerta-nos sobre a importância de (re)conhecer a multidimensionalidade do conceito de pobreza infantil, defendendo que:

A colocação da pobreza infantil num quadro mais geral que procura interpretá-la como multidimensional e especialmente articulada com as condições de bem-estar (onde se situa a privação material) constitui hoje um aspeto central da teorização sobre infância e exclusão social. (p.19)

No relatório da UNICEF sobre o bem-estar em países desenvolvidos (2013), em que Portugal se inclui, apontam-se, justamente, limitações na avaliação comparativa do bem-estar na infância, salientando-se a ausência de indicadores importantes para a compreender: a qualidade da parentalidade; a qualidade da rede de educação de infância; a saúde mental das crianças – desenvolvimento e bem-estar das crianças; a exposição à violência em contexto familiar; a prevalência da negligência e do abuso infantil; a qualidade e segurança dos espaços das crianças (oportunidade para brincar em segurança); o bem-estar das crianças institucionalizadas; a comercialização e erotização da infância; a exposição e os efeitos de todos os tipos de media na vida das crianças. Como o relatório também sublinha, a ausência quase total de dados de âmbito nacional sobre o desenvolvimento de crianças muito pequenas, pode refletir que a importância do desenvolvimento na primeira infância apenas recentemente chegou ao conhecimento público e político. Em parte, também pode refletir a visão tradicional de que a recolha de dados sobre a vida das crianças pequenas é impraticável, potencialmente intrusiva, e de relevância limitada para as políticas públicas (UNICEF, 2013, p.37).

É com esta lente sistémica que aproximamos o nosso olhar das crianças mais novas - que “são altamente dependentes de um ambiente acolhedor e amoroso e de recursos físicos e económicos” (Sarmento & Veiga, 2011, p.22) - para que este bem-estar, transversal na Convenção dos Direitos da Criança, se traduza em realidade.

Afirmamos, assim, a multidimensionalidade do conceito de bem-estar, incorporando diferentes perspetivas nesta análise – objetivas e subjetivas. As perspetivas objetivas incluem aspetos como os rendimentos familiares, os recursos educacionais, o estado de saúde; as subjetivas incluem indicadores relacionados com a perceção de felicidade, qualidade de vida e satisfação com o modo de vida. Há um consenso emergente de que o bem-estar deve incluir dimensões de bem-estar físico, emocional e social; que deve focar-se nas

condições atuais de vida da criança mas também considerar a perspetivação da sua vida futura (Statham & Chase, 2010).

Um filme e uma fotografia, em tempo de pandemia

Enquanto escrevemos este artigo, vivemos um tempo de pós-confinamento, depois da declaração do estado de emergência a 18 de Março de 2020, no âmbito da pandemia da COVID-19, com o encerramento de creches, jardins de infância e escolas. Como podemos ler no mais recente Relatório da UNICEF Portugal – Medidas para a ação Local-Promoção de ambientes seguros e protetores para as crianças no pós-confinamento (Julho, 2020) - esta situação “obrigou a que as crianças ficassem em casa, quebrando as suas rotinas, contactos e relações sociais” colocando “(...) em evidência desigualdades pré-existent, como a desigualdade digital, pobreza ou género, entre outras.” (UNICEF, 2020, p.3). O Relatório reflete, justamente, sobre os elementos objetivos e subjetivos do impacto deste tempo de isolamento em crianças, famílias e comunidades, propondo, numa perspetiva preventiva, a ação futura, tendo em conta o (tanto) que já sabemos sobre as necessidades e forças que precisamos de observar e potenciar para ajudar a superar a incerteza e fragilidade do desenvolvimento das crianças, particularmente, num contexto de maior vulnerabilidade.

As propostas neste Relatório erguem-se, assim, a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, propondo medidas concretas para os viabilizar, num curto e médio prazo, “sem perder de vista o caminho para uma sociedade mais centrada nas pessoas, na prosperidade, no planeta e na paz, que não é outra senão a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UNICEF, 2020, p.5). No seu âmbito, destacam, particularmente, os objectivos que dizem respeito à 1 (pobreza), 4 (educação), 5 (género), 10 (redução da desigualdade), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (sociedades justas).

Os princípios para a ação concreta que sublinham, centram-se na inclusão social e equidade, proteção, direito a brincar e na participação. As medidas para os materializar, irradiam a partir de um ambiente seguro e protetor ao nível do espaço físico, ao nível emocional, ao nível da equipa e da participação das crianças. Todas são traduzidos numa listagem de temas que nos ajudam a, concretamente, refletir sobre a qualidade deste ambiente multidimensional, nomeadamente, em educação de infância, que está ao nosso alcance materializar no âmbito de uma ação integrada, concertada e atempada.

Cruzando eixos – ProChild CoLAB contra a Pobreza e a Exclusão Social

Para a concretização destas medidas, é, então, necessário cruzar eixos - diacrónicos, sincrónicos, objetivos, subjetivos – perspetivando-os como estratégicos para a nossa efetiva mobilização contra a pobreza e a exclusão social, apostando, juntos, na sua erradicação; neste percurso é necessário manter viva a pergunta que Jaques Delors (nos) colocava em 1996 –“viver juntos, com que finalidades, para fazer o quê?” (Delors *et al.*, 1996, p.52).

Em Educação de Infância esta é uma questão maior – cabe-nos, no cerne do nosso compromisso com cada criança, cada família e com as suas condições de vida, afirmar e materializar *a relação* como a essência do humano (Brito, 2019); cabe-nos afirmar que sem uma *cascata de cuidados* (Gomes-Pedro, 2017), multidimensional, sistémica, a imagem da pobreza e exclusão continuará a apresentar-se “em camara lenta”. E é aqui que uma intervenção em rede, colaborativa – exercendo a sua ação com crianças muito pequenas, suas famílias, em equipa, na comunidade, num contexto promotor de elevada qualidade - pode fazer toda a diferença. Sabemos hoje, clara e fundamentadamente, que só “contextos de educação de infância de boa qualidade podem ter efeitos positivos no desenvolvimento das crianças” com especial impacto “(...) protetor no caso de crianças em contextos socialmente mais desfavorecidos” (Pessanha, 2019). O conhecimento que hoje temos sobre a relevância dos primeiros 1000 dias de vida (Cusick & Georgieff, 2016), como fundação da Pessoa nas sua plenitude, assente nas mais recentes descobertas em neurociência, biologia molecular e epigenética, oferece-nos uma “oportunidade extraordinária para catalisar novas teorias da mudança e estratégias inovadoras para reduzir as consequências de adversidades no início da vida” (Center on the Developing Child at Harvard University, 2016).

Abraçando (e abraçado) por este contexto, surge em Portugal o Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB (2019), que tem, exatamente, como missão desenvolver uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância “enquadrada numa abordagem científica transdisciplinar, articulando os setores público e privado, vinculando académicos e profissionais no terreno, e contribuindo ativamente para políticas públicas baseadas em evidência científica.” (CoLab, 2020). A Fundação Brazelton Gomes-Pedro para as Ciências do Bebê e da Família faz parte dos membros institucionais dos seus órgãos sociais, juntamente com o Comité Português da UNICEF, a European Anti Poverty Network – Rede Europeia Anti-Pobreza e o Instituto de Apoio à Criança (IAC). Reunindo 18 associados - onde se incluem Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias - e mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação, o ProChild CoLAB é a tradução da possibilidade do trabalho no combate à pobreza e à exclusão social na infância, viabilizada na sua rede transdisciplinar e plural de parceiros e associados. Como afirma Rui Marques (2017), só uma governação integrada, colaborativa, pode criar competências fundamentais para enfrentar este desafio: inspiracionais, inspirando e gerando confiança; relacionais, estabelecendo e mantendo relações, e operacionais, executando ações resultantes de um processo de colaboração interorganizacional.

Bem-estar e inclusão - (Re)pensar o nosso papel na transformação

As fundações de uma sociedade de sucesso começam na 1ª infância. Todos os aspetos do desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida criam uma base fundamental para o futuro sucesso académico na escola, cidadania responsável, produtividade económica, saúde ao longo da vida, comunidades fortes, e até mesmo a capacidade de ser pai ou mãe da próxima geração.

Schonkoff, 2018

Em Junho passado, a Rede Europeia Anti Pobreza, EAPN Portugal, escreveu uma “Carta aberta aos poderes políticos sobre a pobreza em Portugal”, afirmando como a pandemia “acentuou a vulnerabilidade dos grupos mais desfavorecidos da sociedade portuguesa”, reforçando, que a pobreza é o principal problema do país. Como afirma Tolentino de Mendonça (2019) “não podemos esquecer que a qualidade de uma sociedade democrática se mede pela forma como os mais frágeis são tratados”, convidando-nos a que passemos da “resignação e da indiferença à ação.” Neste mesmo sentido, a Rede Europeia Anti Pobreza, afirma a necessidade de “garantir uma política social solidária com uma ação multidisciplinar e integrada (...) combatendo os problemas estruturais que estão na origem da pobreza” que não limitem esta ação “à mera distribuição de recursos”; defende ainda que “este combate não pode ser apenas travado pelos órgãos do Estado. É um combate nosso, de todo o Portugal”.

Congratulo-me profundamente com esta iniciativa da APEI - como pessoa, cidadã, docente, investigadora, assumo, em cada uma das minhas funções, o compromisso de defender os Direitos das Crianças, tomando, também, como minha, a assinatura da Convenção dos Direitos da Criança realizada, em Portugal, há 30 anos. Reiterando as palavras da EAPN Portugal “Esta tem de ser uma causa nacional em que todos apostem tudo”; é urgente, hoje e sempre, “fazermo-nos ao caminho” (Rede Europeia Anti Pobreza, 2020). Como nos diz Jorge Palma (1991), e nós reafirmamos:

Enquanto houver estrada pra andar
A gente vai continuar,
A gente vai continuar...
Enquanto houver ventos e mar
A gente não vai parar
Enquanto houver ventos e mar

Jorge Palma, Álbum Só, 1991

Referências bibliográficas

- Barreto, A. (autor), Branquinho, R. (Produtor) & Pontes, J. (Realizadora). (2007). *Portugal um retrato social* [Documentário]. Portugal: RTP. <http://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p20216>
- Brito, A. T. (2019). O que realmente importa numa educação de infância de qualidade?, Vasconcelos, Cunha, Folque, Brito e Ascensão, Educação de infância: o que temos e o que queremos, pp. 32-35, EDULOG, Fundação Belmiro de Azevedo, ISBN: 9781795401388
<https://edulog.pt/storage/app/uploads/public/5c7/506/2b7/5c75062b73d4d101502268.pdf>
- Center on the Developing Child at Harvard University (2016). From Best Practices to Breakthrough Impacts: A Science-Based Approach to Building a More Promising Future for Young Children and Families. <http://www.developingchild.harvard.edu>
- Conselho Nacional da Educação (2016). *Estado da Educação 2016*. Lisboa: CNE.
- Cusick, S. & Georgieff, M. K. (2016). The first 1,000 days of life: The brain’s window of opportunity. <https://www.unicef-irc.org/article/958-the-first-1000-days-of-life-the-brains-window-of-opportunity.html>
- Delors, J. (1996). Educação: um tesouro a descobrir. Porto: Edições Asa.

- Fundação Brazelton Gomes-Pedro para as Ciências do Bebê e da Família (2018). *Missão*. Disponível em: <http://www.fundacaobgp.com/pt/missao>
- Gomes-Pedro, J. C. (2017). *Pensar a criança, sentir o bebê*. Lisboa: Zero a Oito Edições.
- Instituto Nacional de Estatísticas (2020). Rendimento e Condições de Vida. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2
- Marques, R. (2017). *Problemas sociais complexos e governação integrada*. Lisboa: Fórum para a governação integrada.
- Mendonça, T. (2019). *Os pobres*. Lisboa: Expresso <https://expresso.pt/opinio/2019-11-16-Os-pobres>
- OCDE (2028). Um Elevador Social Quebrado? Como promover a mobilidade social. <https://www.oecd.org/portugal/social-mobility-2018-PRT-PT.pdf>
- Pessanha, M. (2019). *A qualidade é fundamental? Eis a questão!*. Blog Primeiros anos.PT. <http://primeirosanos.iscte-iul.pt/2019/12/04/a-qualidade-e-fundamental-eis-a-questao/>
- ProChild CoLab - Against Child Poverty and Social Exclusion (2020) <https://prochildcolab.pt/>
- Rede Europeia Anti Pobreza, EAPN Portugal (2020). Petição: «Carta aberta aos poderes políticos sobre a Pobreza em Portugal» <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT101005>
- Sarmiento, M. J.& Veiga, F. (2010). *Pobreza Infantil: Realidades, desafios e propostas*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2010.
- Sarmiento, M., Trevisan, G. (2017). A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. *Educar em Revista*, 2, 17-34 <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe.2/0104-4060-er-02-00017.pdf>
- Schonkoff J. (2018). The Best Start in Life: Early Childhood Development for Sustainable Development (MOOC). <https://developingchild.harvard.edu/resources/mooc-best-start-life-early-childhood-development-sustainable-development/>
- Statham, J. & Chase, E. (2010). *Childhood wellbeing: a brief overview*. London: Childhood Wellbeing Research Centre, Briefing Paper 1.
- UNICEF (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>
- UNICEF (2013). Child well-being in rich countries A comparative overview. *Innocenti Report Card*, n. 11. Florence: UNICEF. https://time.com/wp-content/uploads/2015/04/rc11_eng.pdf
- UNICEF (2020). *Medidas para a ação Local-Promoção de ambientes seguros e protetores para as crianças no pós-confinamento* <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/medidas-para-a-acao-local/>